



PELA EDUCAÇÃO HIGIENICA DO PROFESSORADO: DOCÊNCIA, PEDAGOGIA E DISCURSOS CIENTÍFICOS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Tamires Farias de Paiva
tatah.fp@gmail.com
(UERJ)

Resumo

Este trabalho se trata de um dos desdobramentos do projeto de pesquisa, em nível de mestrado, intitulado *Noções para instruir e persuadir: a circulação de modelos de docência através de compêndios de higiene (1914-1928)* e desenvolvido com o interesse de ampliar as discussões, na área da história da educação, sobre discursos científicos e a produção de representações acerca da docência na Primeira República brasileira. No presente trabalho realizamos a reflexão em torno dos discursos científicos postos em circulação a partir de um compêndio escolar para professores das classes primárias. Dessa maneira, o objetivo é tornar pensável a relação entre os conhecimentos pedagógicos e os preceitos médico-higiênicos divulgados como elementares à prática docente, via palavra impressa, em início do século XX. A fonte privilegiada deste trabalho é a primeira edição do *Compendio de Hygiene*, do médico e professor da Escola Normal do Distrito Federal, José Paranhos Fontenelle, publicada no ano de 1918 para subsidiar a educação higiênica do magistério primário. Este compêndio alcançou 5 edições, estendendo-se até a década de 1940, e foi apontado como um dos best-sellers que circulavam na biblioteca do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. É, portanto, no campo de investigação sobre aquilo que este compêndio escolar dá suporte e divulga, constituindo juntamente com outros artefatos uma cultura pedagógica, que o principal interesse deste estudo é examinar as “lições sobre higiene pedagógica” que constituem e dão singularidade a este tratado endereçado aos professores em formação. A percepção do documento como “montagem consciente ou inconsciente” de uma dada sociedade e época, como sustenta Le Goff (1996), é o que orienta esta reflexão, já que se deve percebê-lo enquanto produto do interesse de um determinado grupo, os médicos-higienistas. Com o propósito de divulgar a “arte de conservar a saúde” e dilatar o conhecimento do professor primário sobre higiene, o *Compendio de Hygiene* cumpriu sua função enquanto suporte dos discursos higienistas que pretenderam chegar às escolas por meio, dentre outros agentes, do mestre. Ditando normas higiênicas para um fazer docente alinhado aos desafios da promoção da saúde e dos bons hábitos, sobretudo na população infantil escolarizada, tanto a função assumida pela disciplina de higiene nos cursos normais como o papel desempenhado pela produção de manuais auxiliaram na produção de representações acerca do magistério primário em início do século XX.

Palavras-chave: Educação Higiênica. Compendio Escolar. Professores Primários.

Este estudo é um dos desdobramentos do projeto de pesquisa do mestrado, sob o título *Noções para instruir e persuadir: a circulação de modelos de docência através de compêndios de higiene (1914-1928)*, desenvolvido com o interesse de ampliar as discussões, na área da história da educação, sobre o problema da interferência dos discursos médico-higiênicos na formação do professor das classes primárias. Neste trabalho, realizamos a reflexão em torno dos discursos científicos postos em circulação a partir de um tipo de impresso escolar – o compêndio – endereçado à formação dos professores das classes primárias no Rio de Janeiro. O objetivo é tornar pensável a relação entre os conhecimentos pedagógicos e os preceitos médico-higiênicos divulgados como elementares à prática docente via palavra impressa.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

É, portanto, no campo de investigação sobre aquilo que o *Compendio de Hygiene*, do médico e professor de Higiene da Escola Normal do Distrito Federal (a antiga cidade do Rio de Janeiro) dá suporte e divulga, constituindo juntamente com outros artefatos uma *cultura pedagógica*¹, que o principal interesse deste trabalho é examinar as “lições sobre higiene pedagógica” que constituem e dão singularidade a este tratado, procurando fornecer aos seus leitores previstos um corpo de doutrinas postas como necessárias ao ofício dos futuros mestres.

A compreensão da produção e circulação de compêndios escolares de higiene, tanto para os futuros mestres como para os pequenos frequentadores das escolas primárias, não deve ocorrer separadamente da compreensão do contexto de início do século XX. Longe de tentar estabelecer razões que fundamentaram este tipo de produção, a intenção é realizar, inicialmente, breves apontamentos, dado os limites deste estudo, acerca de algumas das questões que se colocavam para a escola e para o espaço da cidade do Rio de Janeiro no contexto de início do século XX, com relação à sua organização e disciplinamento dos sujeitos circulantes nestes espaços.

Cidade e corpos saneados, escola promissora

Amalgamados aos ideais da modernidade, os discursos que sustentavam a necessidade de sanear o Brasil e civilizar o povo reservaram à infância escolarizada um lugar próprio. No contexto das primeiras décadas do século XX, onde questões educacionais e higienistas se encontravam sobremaneira imbricadas, vemos a escola primária se configurando como um espaço propício à efetivação dos preceitos de higiene e, sobretudo, fortalecendo-se a crença na infância enquanto potencial instrumento educativo do meio social.

A capital do país, em 1904, passava por um amplo surto endêmico que contabilizou 4.201 óbitos em decorrência da impetuosa manifestação da varíola (SEVCENKO, 1984) e um episódio, àquele ano, também pusera a cidade do Rio de Janeiro em polvorosa. A insurreição da população

¹ Segundo Marta Maria Chagas de Carvalho e Rita Toledo (2007), esta cultura pedagógica se trata de um corpus de saberes postos em circulação que se empenha em organizar aquilo que se considera necessário ao seu suposto destinatário.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

carioca, com bandeira erguida pela resistência à lei da vacina obrigatória – episódio que ficou conhecido como Revolta da Vacina –, agitava o espaço da cidade e preocupava as autoridades da municipalidade. O novo século, que acabava de entrar, foi marcado pela convulsão de uma população posta como “rude e ignorante” que, contumazmente, posicionava-se em reação ao que considerava afetar o físico e os princípios da moral – já que, àquele momento, a exposição de determinadas partes do corpo era compreendida como ofensa à decência, especialmente das mulheres. O cenário de devastação da cidade, em decorrência da revolta, comparava-se ao de uma guerra: sentiam-se e viam-se os saldos da insatisfação popular e de alguns setores do governo contrários à violência física e moral pelas quais se impusera a vacinação de homens, mulheres, jovens, crianças e velhos supostamente desconhecedores dos reais significados de tal prática.

Dois grandes problemas necessitavam ser enfrentados: a saúde e a educação do povo. A precariedade da saúde pública e o estado de “ineducação das massas”² implicavam, conseqüentemente, em prejuízos econômicos e morais ao país, portanto era necessário investir em iniciativas no sentido de tratar tais problemas. Temos neste contexto, de modo explícito, a conjugação entre as forças do Estado e da medicina em proveito da tentativa de regulação da vida. A necessidade que se procurou divulgar em torno da promoção de medidas em “bem da saúde” e, mormente, da conscientização da população acerca de suas vantagens dá a ver um modo racional e calculado de intervenção do Estado sobre a vida dos indivíduos. A salubridade se tornou objeto de políticas públicas e, especialmente, noção chave de acordo entre o Estado e as ações médicas (FREIRE, 1987).

O esforço em proveito do melhoramento das condições sanitárias do país buscou sua efetivação em diferentes âmbitos. Nas famílias, escolas, hospitais e prisões a ordem era “sanear”. Pela higiene estes espaços sociais “foram sendo convertidos em pontos estratégicos por intermédio dos quais o programa civilizatório seria posto em funcionamento, conquistando lugares de enunciação, difusão e de realização” (GONDRA, 2003, p. 27). Nas instituições educacionais, as campanhas promovidas para a difusão das medidas profiláticas expressavam

² Esta é a expressão utilizada por Afrânio Peixoto para se referir à realidade educacional do país nos anos 1920 (Ver PEIXOTO, 1936).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

“uma inabalável crença no poder modelador da educação e da escola” (ROCHA, 2003, p. 40). Às escolas brasileiras se confiava o progresso da nação.

Esta crença na escola, especialmente primária, associada à necessidade de divulgação das doutrinas da higiene, foi reforçando o lugar do professor das classes primárias neste projeto. Se a infância escolarizada necessitava ser “educada higienicamente”, era com a colaboração dos professores primários que se contava para a efetivação de um projeto que desejava ir além dos muros da escola, adentrando nas famílias pelo exemplo dos pequenos e com o auxílio da palavra impressa. Neste sentido, aclamado o papel social que a escola deveria cumprir, a participação dos professores primários se constituiu fundamental. Para levar as “armas da ciência” contra a fraqueza dos ainda pequenos corpos, nas escolas normais eram preparados aqueles que ergueriam a bandeira da saúde em culto à pátria a partir de um conjunto de disciplinas, dentre elas a Higiene. Atrelados à instrução, a promoção e o zelo pela saúde completariam os elementos da peregrinação civilizatória. A missão do professor primário, deste modo, passava em sua essência pelo educar, instruir e o zelar pela integridade física daqueles que tinha sob sua guarda.

O intento da reorganização do espaço urbano também incluiu as escolas primárias. Como primeiro nível de acesso à educação escolar, as escolas primárias reuniam um conjunto de indivíduos supostamente *moldáveis* e que necessitavam ser polidos, educados física, intelectual e moralmente. Com as transformações pelas quais passava o Rio de Janeiro, em início do século XX, “cidade e escola passaram a ser concebidas a partir de um repertório comum de estratégias, posto que para a reorganização do cotidiano era necessária a remodelação dos comportamentos da população” (SILVA, 2009, p. 46). A ideia de que se tornava necessário o desenvolvimento de iniciativas em prol da melhoria do espaço escolar, desde os seus aspectos físicos até a intervenção nos próprios corpos nele circulantes, partia da constatação de que a escola era um lugar favorável à disseminação das doenças infecto-contagiosas – em decorrência da facilitada aglomeração de indivíduos – e a “fabricação” de míopes e de deformados fisicamente pelas constantes e incorretas posições durante as atividades escolares.





Um “cabedal científico” para professores

A formação integral da criança – que encontrava justificativa na constatação de que não apenas o corpo, mas a inteligência e a alma iam à escola – requereu a convocação de “agentes especializados”, “cientificamente competentes” ou menos “ignorantes” que as famílias para conduzir a educação nas classes primárias. Dentre estes agentes, estavam os professores das classes primárias que, nas escolas normais, deveriam receber o “cabedal científico” necessário ao enfrentamento dos desafios impostos em início do século XX – o combate a doenças como a tuberculose e a difteria, por exemplo, que afetavam, sobretudo, a população infantil.

O *Compendio de Hygiene*, de autoria do médico paraense José Paranhos Fontenelle³, teve sua primeira edição publicada em 1918, pela recém-fundada Editora Leite Ribeiro & Maurillo. No ano anterior a esta primeira edição do compêndio, Fontenelle havia assumido a cadeira de higiene na Escola Normal do Distrito Federal, o que possivelmente o impulsionou a publicar um livro que servisse ao ensino da disciplina que lecionava. Na década de 1930, foi um dos adeptos dos princípios da escola nova e firmou esta assunção com a assinatura do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Permaneceu lecionando na antiga Escola Normal do Distrito Federal – que, a partir de 1932, passou a se chamar Instituto de Educação– até a década de 1950, quando foi jubilado.

Referentes ao processo educativo da infância escolarizada, as lições endereçadas aos futuros mestres, através do *Compendio de Hygiene*, reúnem breves noções sobre material escolar (como livros e cadernos), higiene da leitura e escrita, métodos de ensino (onde se privilegiam referenciais como Gustave Le Bon⁴ e Montaigne⁵), programas, horários e distribuição dos trabalhos escolares,

³ José Paranhos Fontenelle se formou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1909, e atuou como interino na Diretoria Geral de Saúde Pública. Dedicou-se ao serviço de estatística demógrafo-sanitária e, em 1917, assumiu a função de docente de higiene, na Escola Normal do Distrito Federal, passando, a partir de então, a publicar vários trabalhos sobre higiene das escolas.

⁴ Gustave Le Bon (1841-1931) foi um psicólogo francês que se dedicou, de modo especial, ao estudo da psicologia das “massas”. Uma de suas principais produções é datada de 1895 e intitulada *La Psychologie des foules* (Psicologia das multidões, na versão traduzida para o português). Este autor comparece dentre aqueles elencados como referenciais para a escrita do compêndio pela discussão que realiza sobre a questão do ensino essencialmente “mnemônico” e seus problemas.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

bem como as discussões sobre prêmios e punições. Interessante é observar como, neste compêndio escolar, a pedagogia é posta, por vezes, como conhecimento “incompetente” no tratamento de determinadas questões, erguendo-se o lugar da higiene como “ciência orientadora” das práticas pedagógicas supostamente adequadas ao desenvolvimento das crianças sob a tutela dos professores.

Como o discurso médico-higiênico veiculado pelo *Compendio de Hygiene* procurou conformar práticas pedagógicas adequadas ao paradigma científico pelo qual era legitimado? Quais os limites da relação entre pedagogia e higiene veiculados por este compêndio escolar? A partir destas duas principais questões que procuro dar direção a este exercício de reflexão, buscando ampliar o debate em torno da emergência dos discursos científicos na formação escolar brasileira e, de modo especial, no preparo do professor das classes primárias em início do século XX.

Embora se considere o valor de testemunho que o compêndio escolar em exame possui, temos em vista que o documento é “antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram” (LE GOFF, 1996, p. 537). Por esta condição, cabe-nos, portanto, desmistificá-lo, desconstruir sua condição de “documento-verdade” frente à formação de professores em início do século XX. Por mais hermético que aparente ser, especialmente pela sua condição de livro com fins didáticos, o *Compendio de Hygiene* expressa representações de seu autor, da “ciência” que o legitima, da sociedade que o produz e um diálogo com as questões de seu tempo. O que se esperou da pedagogia com o avanço da “higiene moderna”? Pedra de toque de meados do século XIX e primeiras décadas do XX, a higiene avançou para os diferentes domínios da vida humana e interessa-nos aqui examinar o desdobramento desta “ciência compósita” no plano da educação: a higiene das questões pedagógicas.

O *Compendio de Hygiene*, ao lado de outros suportes que puseram em circulação um corpo de saberes destinados à formação do professor, veiculou representações sobre o mestre e seu ofício, desejando ordenar a prática docente. Dentro deste quadro, é interessante assinalar a

⁵ Michel de Montaigne (1533-1592), ilustre pensador e escritor humanista da renascença francesa, foi referenciado no *Compendio de Hygiene* especialmente pelo seu aforismo “saber de cor não é saber”.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

condição deste compêndio escolar como suporte de discursos que não são neutros e a necessidade de compreendê-lo a partir do “relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”, como nos lembra Roger Chartier (1990, p. 17). Ao adotarmos esta perspectiva, observamos que as representações contidas no discurso veiculado pelo *Compendio de Hygiene* não são, de forma alguma, ingênuas e concorrem, deste modo, para a imposição de valores caros a um grupo determinado: os médicos-higienistas.

Já no prefácio da primeira edição do *Compendio de Hygiene*, Fontenelle assinala para a demarcação de um campo de investigação que, supostamente, seria do interesse do professor: a higiene infantil e escolar. Dividido em duas grandes partes (Higiene Geral e Parte Especial), o *Compendio de Hygiene* constituiu-se como um dos esforços por uma pedagogia mais científica, ancorada nos benefícios que os recentes estudos da psicologia, por exemplo, ofereciam ao processo educativo da infância escolarizada.

Não perdendo como referência o ambiente de efetivação do trabalho docente, Fontenelle reúne na “Parte Especial” de seu compêndio um conjunto de noções elementares que abrange tanto os sujeitos da educação escolar – os educandos e o professor – como propriamente o espaço da sala de aula e os dispositivos que nela entram em cena para a constituição da prática pedagógica, como os livros, o quadro negro e os quadros murais. Imbuído da tarefa de fiscalização constante daqueles que se encontravam sob seu resguardo, o professor primário, instruído e dotado dos conhecimentos da higiene, deveria identificar os escolhos que, porventura, impedissem o desenvolvimento normal dos pequenos. Neste sentido, a higiene do espaço escolar carregava, em sua particularidade, a nobre função de informar e formar o professor primário para lidar com o desafio posto: a manutenção da saúde. O médico José Paranhos Fontenelle define em seu compêndio as finalidades do ensino da Higiene Escolar para os mestres em formação:

Extendido por tal fôrma o ambito de sua acção, o escopo actual da hygiene escolar é, em resumo, procurar que durante a educação não seja perturbado o desenvolvimento do alumno, nem sejam criadas deformidades corporaes; facilitar ás crianças o aproveitamento de seu esforço; traçar as normas da educação dos debeis e anormaes, integrando-os na comunidade productiva; e evitar, finalmente, a propagação de doenças, o que acabaria sendo um desperdício economico em educar a criança e vel-a morrer antes de alcançar o periodo de produtividade [...]. Os problemas que se nos apresentam para estudar referem-se,





uns, á escola, outros, ao escolar, e, por fim, alguns ao próprio mestre. (FONTENELLE, 1918, p. 471).

A educação higiênica na escola foi posta como medida fundamental para a prosperidade individual, da família, da sociedade e da espécie. Por esta via, fundou-se a ideia de que se desde a escola primária todos os esforços não se conjugassem para o cultivo da saúde individual e coletiva, nenhum *povo* poderia ser *válido, forte e sadio* (FONTENELLE, 1918, p. 618). Todo este esforço em levar à escola primária a educação higiênica se fundamentava na crença de que quanto mais cedo fossem formados os hábitos higiênicos, menos incidentes seriam os prejuízos econômicos, sociais e morais à nação.

Nas escolas primárias, por meio de um ensino prático, baseado nos exemplos, as lições de higiene deveriam servir para inculcar nas crianças o valor inestimável da saúde e sua ideia como o maior patrimônio a ser zelado durante a vida. Pelo exemplo e a repetição contínua de ações, acreditava-se que os preceitos da higiene passariam do consciente para o inconsciente, transformando-se, assim, em um sistema de hábitos. Esta era uma das principais teses que, fundamentada nos estudos do psicólogo francês Gustave Le Bon, orientava as lições de higiene do compêndio para professores do médico José Paranhos Fontenelle.

Higiene pedagógica em um compêndio escolar

A pedagogia como *arte de ensinar* foi gradativamente solapada, em início do século XX, por iniciativas que intencionavam a consolidação de uma *pedagogia científica* (CARVALHO, 2000, p. 113). Isto significou não apenas a multiplicação de laboratórios de *pedagogia experimental*, ainda nos anos 1910, mas a circulação, a partir do impresso pedagógico, de modelos de docência alicerçados em paradigmas científicos. Desta feita, conhecimentos como o da psicologia – beneficiada, sobretudo, pelo desenvolvimento de testes de inteligência – da biologia e higiene conformavam o “cabedal científico” necessário ao ofício do professor, especialmente das classes primárias.

A higiene pedagógica parece não ter se constituído como um campo autônomo de estudos, mas o tema que lida é tratado especialmente dentro do que se denominou como estudo da





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

higiene escolar, compreendendo questões ligadas ao ambiente escolar, a higiene dos alunos e professores. Ao contrário de se posicionar com relação à medida das carteiras escolares e sua adequação a estatura dos alunos; o espaço a que deve corresponder cada aluno em uma sala de aula, de maneira a conservar a higiene do ambiente, podemos afirmar que a *higiene pedagógica*, tratada no *Compendio de Hygiene*, interessa-se, de modo especial, pelas questões referentes ao processo ensino-aprendizagem e os estudos da psicologia são bastantes presentes neste sentido. Segundo o autor do *Compendio de Hygiene*,

A intervenção do higienista na escola começou a fazer-se timidamente, por ensaios isolados, na segunda metade do século passado: Pettenkoffer ocupou-se da ventilação e dos maus efeitos do ar confinado; Cohn e outros se interessaram pela questão da miopia; por fim, começaram outros mais a reconhecer a necessidade da fiscalização sanitária do edifício escolar, da instituição de medidas profiláticas contra as doenças transmissíveis, dos problemas da educação física e, mais recentemente, da higiene pedagógica. (FONTENELLE, 1918, p. 470)

A referência aos estudiosos alemães Max Von Pettenkoffer, higienista, e Hermann Cohn, oftalmologista, tanto anuncia os estudos nos quais Fontenelle ancora sua escrita para tratar sobre a higiene no espaço escolar como assinala para uma questão interessante: a escola como laboratório e escopo da intervenção médica. Neste sentido, a atenção incide especialmente sobre o professor, aluno-leitor que cumpriria importante papel neste processo. O primeiro conselho dado aos mestres em formação era de que a educação deveria permitir, do melhor modo, o desenvolvimento do aluno, impedindo o aparecimento de deformidades corporais. Cabe assinalar que não apenas uma preocupação com o físico está em pauta, mas a higiene intelectual é cuidadosamente tratada, pois interferia diretamente no processo ensino-aprendizagem. A psicologia é a “inspiradora” da higiene moderna, segundo Fontenelle, e por ela seria possível estabelecer linhas gerais do regime de educação dos pequenos.

Baseando-se nos estudos de Herbert Spencer, Henry Méry e Joseph Génévrier⁶, o autor do *Compendio de Hygiene* traça as linhas do regime pré-escolar, endereçado aos menores de sete anos (início da vida escolar) e assinala, apoiado nestes dois últimos autores, a importância de educar as crianças levando-se em consideração suas capacidades e singularidades. Esta era uma

⁶ Estes dois últimos são autores de *Hygiene Scolaire* (1914), livro no qual, possivelmente, Fontenelle se inspirou para a escrita de seu compêndio.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

das dimensões da higienização dos aspectos pedagógicos. Os dados científicos oferecidos por trabalhos em laboratórios e experiências práticas nas escolas consubstanciavam cada uma das questões referentes à psicologia e fisiologia dos escolares e ofereciam ao professor o cabedal científico supostamente indispensável à prática docente. Vale assinalar, no entanto, que o labor científico também impulsionava estudos práticos nas escolas da então capital federal e Fontenelle foi um dos estudiosos engajados na missão de recensear dados e examinar a condição higiênica das escolas e de seus frequentadores.

As lições de Gustave Le Bon comparecem no compêndio para fundamentar a educação intelectual na idade pré-escolar. Ilustre pelo aforismo “toda educação consiste em fazer passar o consciente para o inconsciente”, Gustave Le Bon oferece um estudo que fornece um dos princípios da educação higiênica propalada pelo *Compendio de Hygiene*: o desenvolvimento de hábitos. O exemplo e o pragmatismo são destacados como elementos importantes neste processo:

O ensino deve ser eminentemente prático, feito por meio de exemplos e pela própria maneira de viver na escola. Todas as oportunidades devem ser aproveitadas como motivos e assuntos para a lição de higiene, pois que duradouros. A vida escolar é cheia de motivos para lições práticas: a má posição de pé ou sentada, o desasseio do corpo, o mau estado dos dentes, os resfriamentos, etc. De muita importância deve ser o sistema de pôr em destaque o conceito positivo de “saúde”, em vez de ideia negativa de “doença”. É a saúde que se procura proteger e melhorar e não a doença que se tem em vista combater. É indispensável inculcar nas crianças o valor inestimável da saúde e a ideia de que ela é nosso maior patrimônio. (FONTENELLE, 1918, p. 627)

Segundo o médico José Paranhos Fontenelle, a educação brasileira repousava na memória e na decoração, problema este que deveria ser solvido. O conselho endereçado aos mestres era de que as lições fossem mais práticas e objetivas, permitindo aos pequenos um desenvolvimento favorável. Quanto à cátedra de onde falava o professor, Fontenelle assume uma posição distintiva ao afirmá-la desnecessária no ensino primário, devendo ser condenada absolutamente. Ao considerar que o mestre deveria manter, neste nível de ensino, o maior contato possível com seus alunos – dispensando a cátedra –, o autor se posiciona no campo de debates em que já se punha também em discussão a suposta eficácia do uso da palmatória e dos castigos escolares nas práticas pedagógicas que se desejavam modernas.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Ao lado da crítica aos programas escolares e métodos de ensino, assuntos incluídos nas lições de higiene pedagógica, Fontenelle aborda a questão do processo seletivo para o exercício do magistério. Já no contexto da publicação da 1ª edição do *Compendio de Hygiene*, os candidatos ao ingresso na Escola Normal do Distrito Federal deveriam se dirigir, anteriormente, à Diretoria de Higiene e Assistência Pública para submissão à inspeção de saúde. Deste modo, a profilaxia já se iniciava pela seleção dos futuros professores que se apresentassem aptos com relação às condições físicas. Fontenelle aponta em seu compêndio, no entanto, uma profilaxia que não dizia respeito necessariamente ao físico dos futuros mestres, mas tratou de uma profilaxia dos maus métodos de ensino. A prevenção dos métodos abstratos de ensino, segundo Fontenelle, iniciava-se a partir da seleção dos próprios professores:

O mal é tão grande e tão longe está ainda a possibilidade de ser modificada oficialmente essa situação, que a correção deve vir da propria *escolha dos professores*. Ha educadores cujo methodo de ensino parece tornar as crianças menos inteligentes do que são, enquanto outros conseguem como que desenvolver a intelligencia dos menos dotados. O processo de escolha dos professores representa uma parte importante na questão dos methods de ensino: o systema dos “repetidores”, usado na França, e o dos “docentes”, que pouco a pouco está sendo introduzido entre nós, merecem por isso os mais francos encomios, porque só ensinando podem os professores demonstrar sua capacidade de ensinar. Nos E. Unidos já está sendo tentado até o systema de serem os professores eleitos pelos alumnos. (FONTENELLE, 1918, p. 544).

Para além da seleção de ordem biológica que ditaria a aptidão ou inaptidão para o exercício do magistério, a escolha do professor pelo método de ensino utilizado é um aspecto interessante colocado por Fontenelle. Parte importante na questão dos métodos, pelas palavras do autor do compêndio, o professor primário deveria ser aquele capaz de desenvolver a inteligência dos que tinha sob sua tutela. Sob esta perspectiva, o sucesso no processo ensino-aprendizagem dependeria, em grande parte, do professor “bem selecionado”, que, condenando o ensino abstrato e instituindo o ensino concreto e objetivo, contribuiria para que o reino do saber de cor enfraquecesse sua influência nas escolas brasileiras. A higiene da educação intelectual da criança, portanto, estava sob a responsabilidade do professor e seu modo de condução do ensino na sala de aula.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O que há além da prescrição higiênica? É importante assinalar, por um lado, que, na condição de texto endereçado aos professores primários em formação, o *Compendio de Hygiene* traz a marca prescritiva, supondo-se guia para a prática docente. Nele são idealizadas ações que condiziam com as expectativas higienistas para o ambiente escolar e, propriamente, o processo educativo. No entanto, por outro lado, há de se reconhecer que os efeitos dessa leitura para a experiência docente é algo pouco mais complexo de se captar. Há um hiato entre *usos prescritos* e *usos efetivos* que necessita ser investigado. O historiador do livro Robert Darnton afirma que,

Apesar de uma volumosa literatura sobre sua psicologia, fenomenologia, textologia e sociologia, a leitura continua a ser misteriosa. Como os leitores entendem os sinais na página impressa? Quais são os efeitos sociais dessa experiência? E como ela sofre variações? [...] O historiador do livro pode empregar suas noções de “públicos fictícios”, “leitores implícitos” e “comunidades interpretativas”. Mas ele também pode achar que suas considerações são um pouco estáticas no tempo. (DARNTON, 2012, pp. 144-145)

Como parece apontar Robert Darnton, a partir do questionamento que realiza acerca dos efeitos sociais da experiência da leitura, os *usos efetivos* dos textos são variáveis. Por mais que o texto procure modelar determinadas práticas, há de se reconhecer a multiplicidade e variabilidade das leituras que dele são feitas, cabendo ao historiador interrogá-las, quando possível. O caso do *Compendio de Hygiene*, embora não dê conta destes *usos efetivos*, pode auxiliar no sentido de identificar as marcas dos discursos científicos na prática docente e na própria pedagogia, evidenciando um campo prescritivo que também não deixa de ser interessante investigar.

A higiene das práticas pedagógicas acompanhou o contexto da higienização da infância, da organização do espaço escolar e do próprio professor. O alcance da pedagogia pela higiene expressa o interesse de compreender, cada vez mais pormenorizadamente, o que havia por trás do processo educativo: o ser humano e sua constituição na condição sujeito da aprendizagem. Neste sentido, embora em início do século XX a psicologia ainda não houvesse se constituído como disciplina autônoma, como assinala Massimi (1990), foi nas teorias psicológicas já em desenvolvimento que a higiene encontrou forte esteio. Os aforismos de Montaigne e Gustave Le Bon também foram significativos no sentido de somar argumentos contra a educação puramente mnemônica e abstrata que, segundo Fontenelle, compunha a “velha pedagogia” aplicada até aquele momento nas escolas primárias brasileiras.





Considerações finais

Pedagogia e higiene. Quais os limites desta relação? Fontenelle compartilha em seu compêndio a ideia de que a pedagogia moderna, embora bem informada acerca dos métodos adequados de ensino, permanecia em seus desatinos (Ibid., p. 574). Tomando como modelos educacionais a experiência francesa e norte-americana, o autor do compêndio escolar assinala para a necessidade de modificar o sistema educacional, higienizando não apenas os métodos de ensino, mas os próprios professores, através do processo de seleção daqueles que serviriam ao magistério. A diferença que se desejou mostrar, no *Compendio de Hygiene*, entre os “desatinos pedagógicos” e a higiene repousou justamente na condição de “ciência” postulada a esta última. Baseada na observação e experimentação, os preceitos da higiene supostamente se distanciavam dos dados puramente empíricos que norteavam a prática pedagógica nas escolas. Apoiar a pedagogia em bases racionais significava, pelo paradigma da higiene, diminuir a incidência de erros quanto à educação da criança, que ia com o corpo, inteligência e alma à escola. Passar do simples ao complexo, como sugeria Herbert Spencer, bem como tornar o ensino objetivo e essencialmente experimental foram algumas das lições de higiene pedagógica do *Compendio de Hygiene* endereçado aos professores em formação.

Examinar a referência a determinados autores, observar o privilégio de determinados assuntos, seus porquês e a maneira como são abordados constituem, parece-nos, maneiras de desconstruir certas evidências que o livro escolar supõe por seu próprio caráter didático. Pelo esforço de tentar compreender a estrutura interna do texto, a aparência hermética e homogênea dá lugar a um emaranhado de vozes cruzadas, embora nem sempre identificáveis. O que se sugere ao endereçar lições sobre como organizar o tempo escolar, educar os normais e anormais, expor conteúdos escolares, estabelecer métodos de ensino? Não seriam os tratados de pedagogia suficientes para oferecer estas lições aos professores em formação? Estas questões, obviamente, não caberão aqui discutir. No entanto é interessante assinalar a coexistência de concepções heterogêneas sobre os processos de ensino e aprendizagem e que uma ou outra concepção não é capaz, sozinha, de dar conta da complexidade do fenômeno educativo. Privilegiar uma ou outra,





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

no entanto, também é um exercício pertinente, tendo em vista a perspectiva de olhar que se adota e as perguntas que se deseja fazer.

Com o propósito de divulgar a “arte de conservar a saúde” e dilatar o conhecimento do professor primário sobre a higiene, o *Compendio de Hygiene* – publicado para subsidiar o ensino desta disciplina na Escola Normal do Distrito Federal–, cumpriu sua função enquanto suporte dos discursos higienistas que pretendiam chegar às escolas por meio, dentre outros agentes, do mestre. Ao ditar as normas para um *fazer* docente alinhado aos desafios da promoção da saúde e dos bons hábitos – sobretudo na população infantil escolarizada –, tanto a função assumida pela disciplina de Higiene nos cursos normais como o papel desempenhado pela produção de manuais auxiliaram na produção de representações acerca do magistério primário em início do século XX.

Referências e Fonte

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. **São Paulo em Perspectiva**, v.14, n.1, 2000.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. Os sentidos da forma: análise material das coleções de Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda (org.). **Cinco estudos em história e historiografia da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 89-110.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FONTENELLE, José Paranhos. **Compendio de Hygiene**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1918.

FREIRE, Jurandir Costa. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e memória**. Campinas: EDITORA UNICAMP, 1996.

MASSIMI, Marina. **História da psicologia brasileira: da época colonial até 1934**. São Paulo: EPU, 1990.

PEIXOTO, Afrânio. **Noções de História da Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

ROCHA, Heloísa H. P. **A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

SILVA, José Claudio Sooma. **Teatros da modernidade: representações de cidade e escola primária no Rio de Janeiro e em Buenos Aires nos anos 1920**. Rio de Janeiro, 2009. Tese de doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

